

thij

tourism and Hospitality
International Journal

www.isce-turismo.com

Volume 2 | Número 1 | Março 2014
Volume 2 | Number 1 | March 2014
Volumen 2 | Número 1 | Marzo 2014

Organização:



Departamento
Turismo@ISCE



Apoios:



Turismo cultural: acessibilidade da infraestrutura física no Museu Etnográfico – Casa dos Açores, Biguaçu/SC, Brasil

213

Leticia Indart Franzen

Luciano Torres Tricárico

Angelo Ricardo Christoffoli

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Franzen, L., Tricárico, L. & Christoffoli, A. (2014). Turismo cultural: Acessibilidade da infraestrutura física no museu etnográfico – Casa dos Açores, Biguaçu/SC, Brasil. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 213-133.

Resumo

Para desenvolver o turismo de forma inclusiva para a comunidade receptora e para o visitante deve-se considerar o acesso seguro e autônomo de ambos os atores. O presente artigo tem por objetivo geral analisar a acessibilidade da infraestrutura física para turistas com mobilidade reduzida e com deficiência que visitam o Museu Etnográfico – Casa dos Açores (Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na cidade de Biguaçu/SC, Brasil. Desta forma, questiona-se como o referido museu se apresenta como meio de comunicação para este público. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos temas: turismo cultural, patrimônio histórico e artístico, museus e acessibilidade. Em seguida, foi feita uma visita técnica *in loco* com o intuito de observar como está a situação atual deste museu, referente à acessibilidade para este público-alvo. Notou-se que a infraestrutura física se encontra em boas condições, porém se observa uma série de carências para bem atender as necessidades diversas do público-alvo em questão. Com isso, conclui-se que devem ser feitas intervenções na infraestrutura, a fim de proporcionar a este público maior acesso a este espaço, à cultura e à informação.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Acessibilidade; Biguaçu/SC/Brasil.

Abstract

To develop tourism in an inclusive way for the host community and the visitor should be considered safe access and autonomous from both actors. The present article has the objective to analyze the accessibility of the physical infrastructure for tourists with reduced mobility and disabled who visit the Ethnographic Museum - Casa dos Açores (National Historical and Artistic Heritage) in town Biguaçu/SC, Brazil. Thus, one wonders how the museum that presents itself as a means of communication to this audience. Therefore, a bibliographical and documentary research was conducted on the themes: cultural tourism, historical and artistic heritage, museums and accessibility. Then, there was a technical site visit in order to see how the current situation is this museum, referring to access to this target audience. It was noted that the physical infrastructure is in good condition, but noted a number of deficiencies and to meet the diverse needs of the target audience in question. Thus, it is concluded that interventions should be made in infrastructure in order to provide this public greater access to this space, culture and information.

215

Keywords: Cultural Tourism; Historical and Artistic Heritage; Accessibility; Biguaçu/SC/Brazil.

1. Introdução

Em relação ao turismo, inicialmente, deve-se entender que, enquanto fenômeno social e atividade econômica, ocorre quando há o livre deslocamento temporário de pessoas de seu local de origem habitual para outros destinos, que possuem atratividades turísticas, com o intuito de desfrutar de seus momentos de lazer ou de seu tempo livre, chamando-se assim de turista (Beni, 2006). Nesse sentido, os destinos turísticos devem proporcionar aos turistas locomoção com segurança e autonomia, devendo para isso estar atentos às necessidades físicas, no caso desta pesquisa, as pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência.

Os seres humanos constroem, com o passar do tempo, sua história, dotada de conhecimentos adquiridos e transmitidos de geração para geração. Esta história pode ser percebida e comunicada por meio dos hábitos e costumes de um povo, de uma determinada época. Os museus, ao organizarem e exibirem objetos e informações servem de atrativo para diversos turistas em busca de conhecimento e informação cultural. Além disso, os museus podem desempenhar a importante função de ser uma fonte de conhecimento de hábitos e costumes para a população que ali reside.

As informações de cunho cultural expostas em um museu devem estar ao alcance de todos, independente das condições físicas e de locomoção dos turistas e da comunidade local. Percebe-se então, uma necessidade de adaptar os museus para bem receber a todos os usuários deste tipo de atrativo turístico, pois todos possuem o direito à cultura e ao lazer.

O patrimônio histórico e artístico nacional, tombado pelos órgãos oficiais, ao estarem preservados contam uma parte significativa da história, que por meio de sua exposição nos museus iniciam um processo de comunicação entre o objeto museológico e àquele que o observa, seja este turista ou morador local. Esse processo de comunicação deve estar acessível aos mais variados públicos, inclusive às pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, público-alvo desta pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a acessibilidade da infraestrutura física para turistas com mobilidade reduzida e com deficiência, do Museu Etnográfico – Casa dos Açores (Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), na cidade de Biguaçu, no estado de Santa Catarina, Brasil. Desta forma, entende-se como objetivos específicos: identificar as leis e normativas referentes à acessibilidade em patrimônios históricos e artísticos; verificar como o Museu está trabalhando a acessibilidade em seu ambiente interno e externo e propor adequações que poderão ser realizadas para que o espaço infraestrutural seja adequado a um público turístico (ou local) com mobilidade reduzida e com deficiência.

O estudo da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência justifica-se pelo fato de que poucos estudos na área acadêmica e científica têm sido realizados, sobre tudo relacionado a museus. A escolha deste espaço em um destino turístico de sol e praia, como é o caso da cidade de Biguaçu, está relacionada ao fato de que o turismo cultural, realizado por meio da visitação turística a museus, pode se configurar como uma alternativa a um

turismo massivo, resgatando a história local e a autoestima da comunidade receptora.

Segundo o último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do Brasil atingiu o número de 190.755.799 de pessoas. Deste número, cerca de 10,79% são idosas, ou seja, têm mais de 60 anos de idade (IBGE, 2010). Segundo a mesma fonte, aproximadamente 23,91% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja, motora, auditiva, visual, entre outras (IBGE, 2010).

Dessa forma, entende-se que boa parte da população do Brasil possui alguma afinidade direta ou indireta com pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência. Por meio deste panorama percebe-se a importância do estudo da acessibilidade frente a este público, configurando-se um cenário de inclusão e igualdade social.

Ao dispor a respeito de tal cenário, o Decreto-lei 5.296/2004 e a norma 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelecem que as pessoas com mobilidade reduzida, também chamadas de pessoas com restrição de mobilidade, são as pessoas que, por qualquer motivo, estão permanente ou provisoriamente com seus movimentos de locomoção restritos, ou seja, são as pessoas engessadas com muletas, crianças, pessoa idosa, pessoa obesa, pessoa anã, grávidas, lactantes, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com carrinho de bebê, pessoa usuária de andador, entre outras. Já as pessoas com deficiência são representadas pelos seguintes tipos de deficiência: física; auditiva; visual; mental; múltipla.

A cidade de Biguaçu está localizada no litoral do Estado de Santa Catarina, na

região sul do Brasil, a uma distância de 21 quilômetros da capital deste Estado, Florianópolis. No início do século XIX o fazendeiro e senhor de escravos João Ramalho da Silva Pereira, dono de uma chácara que ainda hoje expõe diversas espécies botânicas da Mata Atlântica, construiu seu sobrado que designa atualmente a Casa dos Açores – Museu Etnográfico na cidade de Biguaçuⁱ. Restaurado em 2004 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, este patrimônio edificado possui traços arquitetônicos de influência luso-brasileira, contemplando em seu interior um acervo que com vários livros, documentos históricos e trajes folclóricos doados pelo governo dos Açores, além disso, este museu tem como finalidade a preservação da cultura de base açoriana em Santa Catarina/Brasil. Segundo Farias (2000) o museu está sob responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura do Estado (FCC), com parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Museu Etnográfico – Casa dos Açores foi tombado pelo serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 14 de novembro de 1969 (sob o n.º. 46, através do processo n.º. 810-T-68); além disso, está cadastrado no Sistema Estadual de Museus (SEM), fazendo parte da Região Museológica 5, intitulada Grande Florianópolisⁱⁱ. A administração deste museu é de caráter público estadual com vinculação à estrutura da Fundação Catarinense de Cultura.

2. Metodologia

2.1. Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa, de caráter qualitativa, caracteriza-se por ser do tipo exploratória, como forma de obtenção de informações teóricas e conceituais sobre os temas principais desta análise, utilizando-se do levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma aproximação entre o pesquisador com as discussões já realizadas sobre os temas abordados (Leal, 2011). Além disso, as pesquisas de campo do tipo exploratória têm como um dos objetivos “[...] aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno [...]” (Marconi & Lakatos, 2010, p. 59).

Em seguida buscou-se desenvolver uma pesquisa de caráter descritiva, com o “[...] objetivo de descrever completamente determinado fenômeno [...]” (Marconi & Lakatos, 2010, p. 63). Para tanto, foram realizados o levantamento de campo com observação direta, registro fotográfico e posterior análise e correlacionando com o referencial teórico-conceitual. O método de procedimento desta pesquisa se caracteriza como sendo estudo de caso. Para Yin (2010), o estudo de caso, como método de pesquisa, é muito usado na construção do conhecimento científico a respeito dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Para esta pesquisa, utilizou-se de observação direta dos eventos envolvidos.

2.2. Procedimentos de Coleta de Dados

Para o desenvolvimento do presente artigo foram realizadas algumas etapas de coleta de dados. Inicialmente tornou-se

necessário desenvolver uma abordagem teórica e conceitual referente aos seguintes temas: patrimônio histórico e artístico nacional, museu e acessibilidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, configurando-se como a etapa 1. A segunda etapa caracteriza-se por uma visita técnica no Conjunto Arquitetônico Luso-Açoriano de Biguaçu, composto pelo Museu Etnográfico – Casa dos Açores, Aqueduto e Igreja de São Miguel Arcanjo, a fim de se entender o contexto histórico e territorial da cidade de Biguaçu/SC.

Para atingir os objetivos propostos para esta pesquisa foi feita uma análise da infraestrutura interna e externa do Museu Etnográfico. Para tanto, foi realizada uma observação *in loco* dos equipamentos e dos serviços prestados e retirada de fotografias durante esta visita.

A outra etapa consistiu na realização da correlação entre as definições estipuladas pelo Decreto-lei 5.296/2004 e pela norma 9050 da ABNT, relacionadas à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, com o que está sendo aplicado atualmente no Museu Etnográfico. Ao final desta etapa, sugerem-se determinadas adequações nas infraestruturas externas e internas a fim de contribuir com o acesso, com autonomia e segurança, a uma parte considerável da história e da cultura luso-açoriana por parte das pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, sendo elas turistas ou não.

3. Referencial Teórico-Conceitual

3.1. Turismo cultural e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O turismo preconiza, entre outros fatores, o deslocamento de pessoas de seu lugar de origem, onde mora, estuda, trabalha e desempenha outras atividades cotidianas; para outro lugar muitas vezes desconhecido, em seu momento de lazer, chama-se turismo (Beni, 2006).

O motivo da viagem do turista é uma das formas de se estabelecer a segmentação turística, neste sentido, Beni (2006) define que dentre os segmentos de mercado tem-se o turismo cultural. Destaca-se ainda o pensamento de A. Barretto (2009, p. 71) que diz que “[...] se cultura atrai visitantes é um atrativo turístico. Por conclusão óbvia, turismo e cultura estão interligados e, juntos, podem sustentar fluxos turísticos”. Seguindo este contexto, o turismo cultural é uma segmentação de mercado onde o produto turístico a ser consumido pelo turista são os bens culturais, para tanto, deve ocorrer a “[...] preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos” (Rodrigues, 2005, p. 15).

Vários são os teóricos, que estudam o turismo cultural. M. Barretto (2000, p. 19) define o turismo cultural como “[...] todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

Neste sentido, o turismo contribui para uma sensibilização da comunidade local para a preservação dos bens culturais com o intuito de ter sua cultura valorizada, resgatar a autoestima e o sentimento de pertencimento, além de gerar emprego e renda, e, em alguns

casos, tornando-se uma alternativa ao turismo massivo de sol e praia.

Por outro lado, na visão de Richards (2010) o turismo cultural durante muito tempo foi percebido como um turismo “bom”, ou seja, não acarretava grandes impactos negativos para a população local e ainda era uma grande fonte de renda. Entretanto, o mesmo autor afirma que nem sempre o turismo cultural é menos massivo do que outros tipos de turismo como o turismo de sol e praia, por exemplo. Neste sentido, o mesmo autor relata que o crescente número de turistas que realizam turismo cultural tem levantado questões sobre a sustentabilidade desta nova forma de turismo de massa, pois tem ocorrido um número cada vez maior de problemas envolvendo o turismo cultural, nas palavras do autor (2010, p. 11): “[...] turismo cultural está se tornando uma vítima de seu próprio sucessoⁱⁱⁱ”. Diante deste contexto, Richards (2010) apresenta o turismo criativo como resposta a estes problemas. Este novo conceito de turismo é definido pelo autor como turismo onde o visitante tem a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo participando de cursos e experiências de aprendizagem característicos do destino onde são realizadas.

Em uma pesquisa realizada por Smith e Puczko (2012) na cidade de Budapeste, capital da Hungria, confirmou que ainda há a tendência de que os visitantes associem a cidade com patrimônio, arquitetura e museus (especialmente exposições históricas), sejam elas nacionais ou internacionais. Para estes autores vale ressaltar que:

No entanto, os turistas nacionais e visitantes internacionais em breve poderão

se cansar da bela arquitetura e anseiam por algumas novas atrações e experiências [...]. Apesar disso, as agências de desenvolvimento e marketing da cidade podem precisar ser mais aventureiras, ousadas, criativas com a apresentação das atrações do patrimônio existente, se quiserem manter a sua quota de mercado em um ambiente global altamente competitivo (Smith e Puczkó, 2012, p. 118).^{iv}

De forma geral, entende-se que o turismo cultural não é a salvação do turismo no mundo, tão pouco se tem a pretensão de dizer que o turismo massivo se restringe ao de sol e praia, entende-se por meio desta pesquisa que o turismo em âmbito cultural, quando é bem planejado considerando os princípios da sustentabilidade local, pode interferir positivamente na comunidade receptora, resgatando os valores de uma cultura, preservando monumentos, prédios e até mesmo costumes, preservando, em muitos casos, o sentimento de pertencimento de uma população, e é neste contexto que se pretende trabalhar nesta pesquisa.

A arquitetura pode ser considerada um símbolo, uma marca representativa de um período histórico, de um povo, ou seja, uma forma de traduzir a cultura urbana, definindo espaços que podem ser reconhecidos e valorizados de uma forma diferenciada (Spolon, 2007). Neste contexto, entende-se que deve ser preservada para que possa ser uma demonstração edificada de uma época. A preservação das edificações se justifica tendo em vista o grande número de destruição. Porém, em muitos casos, na tentativa de impedir a destruição de tal

arquitetura, por qualquer motivo que seja, a edificação é tombada.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em conjunto com outras instâncias federais relacionadas com o turismo, vêm trabalhando as questões relacionadas com o patrimônio histórico e artístico e a atratividade turística do mesmo. O patrimônio histórico e artístico pode ser tombado, no Brasil, em três instâncias: nacional, estadual e municipal. O tombamento em nível nacional é executado pelo IPHAN, por intermédio da União; já o Governo Estadual é o responsável pelo tombamento em nível estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado; o tombamento em nível municipal é efetuado pelas administrações municipais utilizando leis específicas ou a legislação federal^v.

Durante o século XVIII, com a Revolução Francesa, iniciou-se o processo de tombamento dos monumentos históricos da França, com suportes jurídicos e técnicos. Uma das primeiras ações de tombamento do patrimônio daquele país e daquela época foi a transferência dos bens do clero para a nação, em seguida foi a vez dos bens dos emigrados e da Coroa. Tais bens foram divididos em dois tipos: bens móveis e bens imóveis (Choay, 2001).

A preservação de bens culturais móveis e imóveis, por meio de seu tombamento, representa hoje, não só conhecer um pouco da história, mas também proporciona, entre outros fatores, “[...] ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentimento de

grupo e compõem uma identidade” (Rodrigues, 2005, p. 17).

Cabe ressaltar que o conceito de patrimônio mudou ao longo da história e ainda tende a mudar. Inicialmente era considerado todos os bens pertencentes às classes sociais dominantes, eram as obras de arte e monumentais já consagradas, propriedades de luxo e antigos palácios que possuíam grande importância histórica para a política de determinado local (M. Barretto, 2000). Entretanto, atualmente este conceito mudou. Há o entendimento consensual de que o patrimônio cultural não é apenas o bem tangível, mas também os bens intangíveis, como as músicas, as danças, vestuários, receitas, entre outros, que representam os costumes, usos e hábitos capazes de identificar um povo, uma nação, podendo ser chamados assim de legado cultural (M. Barretto, 2000).

Após o reconhecimento do bem tombado cabe ao proprietário deste bem preservá-lo, não destruindo sua fachada e a infraestrutura interna, não podendo descaracterizá-lo, “[...] ou quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente” (Rodrigues, 2005, p. 20). Com base no que diz M. Barretto (2000), quando um bem é tombado este não pode ser demolido, nem modificado externamente ou as suas características essenciais, além disso, nada pode ser modificado em um raio de 300 metros em torno da edificação tombada.

Rodrigues (2005) ressalta que os órgãos públicos de tombamento ainda destinam poucos incentivos fiscais e financeiros para a preservação e conservação do bem tombado. Como afirma M. Barretto (2000,

p. 14), “o tombamento de bens de particulares por parte do poder público leva automaticamente a uma perda potencial de comercialização do terreno para a construção de propriedade horizontal”. Neste aspecto, o proprietário deste bem passa a ver o tombamento “[...] como um fator negativo, até indesejado, uma ameaça ao patrimônio familiar” (M. Barretto, 2000, pp. 14-15). Desta forma, alguns proprietários acabam por recorrer a medidas extremas, como a destruição criminosa do bem tombado ou em processo de tombamento, além disso, pode até preferir abandoná-lo a ter que arcar com os custos de restauração, manutenção e da utilização do local (M. Barretto, 2000).

Nota-se nestes casos que o motivo pelo qual o imóvel foi tombado, ou seja, sua preservação, não está ocorrendo. Uma das soluções encontradas para estes casos é a apropriação da edificação tombada “[...] mediante reaproveitamento por parte de empresas privadas, para finalidades acordes com as necessidades do presente”. Nestes casos, a funcionalidade para qual o bem tombado foi construído muda após seu tombamento, como por exemplo, pode ser utilizado para abrigar um acervo de um museu, como também ser utilizado como um restaurante, entre outros motivos que propiciam o uso turístico. Cabe ressaltar que, nestes casos, só poderão ser alteradas a aparência e a infraestrutura interna dos prédios históricos tombados (M. Barretto, 2000).

Os bens móveis tombados, para melhor apropriação de sua história, da cultura e dos costumes que representam, é importante que sejam resguardados. Com essa finalidade, os museus surgem com a importante função

de divulgá-los e gerar a interpretação destes objetos, buscando uma comunicação entre eles e o observador.

3.2. Museus: Acessibilidade para Turistas com Mobilidade Reduzida e com Deficiência

Na concepção contemporânea, o museu é visto como essencial no diálogo existente entre o público e os objetos disponibilizados no espaço museológico. Entretanto, não se deve abandonar por completo o conceito tradicional da comunicação museológica, ou seja, a transmissão do conhecimento, pois é uma importante função ainda desempenhada pelos museus. A partir do século XX os museus deixaram de ser apenas depósitos de coisas velhas, passando a utilizar recursos multimídias e tecnológicos, desta forma, passando a ser um importante atrativo turístico (M. Barretto, 2000).

Os museus possuem o importante papel de preservar e resguardar o patrimônio, seja ele cultural, artístico e/ou histórico, ao mesmo tempo, é uma importante fonte de disseminação do conhecimento e de informação sobre culturas, costumes, formas de vida, entre outros. Além disso, é um espaço para a realização de pesquisas e um espaço onde podem ser realizadas aulas. Existe no Brasil museus históricos, de arte, de arqueologia e de ciência (Gomes, 2005, p. 29). Para este mesmo autor (2005, p. 29) “[...] muitos deles foram criados no século XIX, e sua história se confunde até mesmo com as características arquitetônicas do prédio que os abriga”.

Rivière (2001) salienta que a museologia deve possuir um valor etnográfico, com isto, surge então um forte ideal acerca de um

museu (também) ligado às tradições populares (como é caso do Museu Casa dos Açores), e não somente de uma museologia amparada pelas técnicas ditas eruditas e acadêmicas, ou das artes reconhecidas como aquelas de gabinete, aquelas reconhecidas pela crítica dita especializada. Na visão de Pereiro e Vilar (2008) o museu etnográfico caracteriza-se pela existência de objetos museológicos e imagens que definem uma identidade particular. Entretanto, o mesmo autor (2008) relata que ainda falta um conceito específico que defina o que é um museu etnográfico, etnológico ou antropológico. A respeito dos museus etnográficos Rivière (2001), afirma que o primeiro museu etnográfico surgiu “[...] durante a última parte do século XIX, já em conformidade com os três modelos mais comuns nesta categoria: os museus etnológicos gerais, o museu etnológico Regional e o museu ao ar livre^{vi}” (2001, p. 37).

Rivière (2001) entende que um museu etnográfico possui problemas como qualquer outro, entretanto, tem importantes papéis a desempenhar:

[...] ensinar a compreensão mútua entre culturas e povos, em suas semelhanças e diferenças; combate ao preconceito racial; expressando a cultura em todos os seus diferentes aspectos, sejam eles técnicos, econômicos, sociais ou estéticos, concreto ou abstrato, no contexto de seu ambiente natural e humano, em seu mundo como eles experimentam, operá-lo e concebê-lo; ilustrando a herança histórica das populações vivendo como um trampolim para o desenvolvimento, ajudando os povos dos países recém-independentes para se tornarem conscientes de sua identidade nacional (Rivière, 2001, p. 37).

Independente do nome que se atribui para o tipo de museu, a visitação turística se justifica não só pelo seu conteúdo museológico como também por sua própria arquitetura, ou seja, sua estrutura por si só já pode ser considerada um atrativo turístico.

Além da função tradicional de comunicar uma mensagem, as instituições museológicas realizam pesquisas, preservam o acervo e democratizam a cultura por meio dos processos de inclusão social e da acessibilidade. Na Espanha, em um estudo realizado por Tresserras e Matamala (2005), identificou-se que a acessibilidade no turismo cultural daquele país, pode ocorrer de diferentes formas: temporal, cultural, econômica e espacial. Para os referidos autores, a acessibilidade espacial é fundamental para que os turistas e moradores locais possam se deslocar, pois se baseia em uma boa sinalização indicativa e também para que os visitantes possam se locomover corretamente. Neste sentido, os autores afirmam que esse tipo de acessibilidade requer uma adequação para pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência. Os autores, inclusive, fazem menção ao fato de que os lugares adaptados para estas pessoas também precisam disponibilizar acesso às informações importantes e atualizadas.

Entretanto, os bens tombados, em muitos casos, não foram inicialmente projetados para que fossem acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência. Porém, atualmente existem diversas leis e normativas que regulamentam que estes espaços devem ser acessíveis para todos os seres humanos.

A norma 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

dispõe sobre “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, estipula algumas recomendações específicas para planejar os ambientes tombados, independente da instância e do órgão de tombamento. As adaptações descritas nesta norma devem estar de acordo com os critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes, seja nacional, estadual ou municipal.

Entende-se que a comunicação museológica é uma das principais formas de interação da comunidade local e turística entre a história e a cultura de um povo. A comunicação pode ser entendida segundo, a norma da ABNT 9050, das seguintes formas: visual, tátil e sonora. Essa comunicação, ao ser trabalhada em âmbito museológico, pode ser tratada entre as peças museológicas ou os cenários ali montados e o visitante, e entre o visitante e o ambiente por onde ele circula.

Ao se analisar a sinalização visual, a norma 9050 da ABNT (2004, p. 22) sugere que as “informações visuais devem seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. As informações visuais podem estar associadas aos caracteres em relevo”. Considerando este fato, a apresentação visual deve ser organizada e legível para que toda e qualquer pessoa. Neste sentido, a norma 9050 da ABNT (2004, p. 22) afirma que “a legibilidade da informação visual depende da iluminação do ambiente, do contraste e da pureza da cor”.

Para que haja legibilidade das obras expostas em um museu, por exemplo, “deve

haver contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, cuidando para que a iluminação do entorno, natural ou artificial, não prejudique a compreensão da informação” (ABNT 9050, 2004, p. 22).

É importante ressaltar que as modificações adaptativas propostas nesta normativa não são obrigatoriedades a serem cumpridas de forma rígida por todos os bens tombados, são apenas sugestões que poderiam ser seguidas pelos administradores dos bens tombados. Neste contexto, “nos casos de áreas ou elementos onde não seja possível promover a adaptação do imóvel para torná-lo acessível ou visitável, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável” (ABNT, 2004, p. 79).

Observa-se também que esta normativa ressalta a importância da implantação de alternativas para que pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência possam se inserir culturalmente em um bem tombado considerado inacessível por sua estrutura espacial ou que possui visitação restrita. Nestes casos, a normativa relata que “[...] devem ser oferecidos mapas, maquetes, peças do acervo originais ou suas cópias, sempre proporcionando a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil” deste público-alvo.

Além dessas adaptações, os autores Buhalis e Michopoulou (2011) afirmam que, para atender de forma eficaz as adaptações acessíveis necessárias para as pessoas com deficiência, a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) podem ajudar os administradores dos destinos turísticos.

Isso se dá devido ao fato da utilização de perfis e de personalização dos recursos que permite aos usuários especificar suas exigências. Para tanto, os autores (2011, p. 145) afirmam que:

Através da utilização das TICs, os usuários estão habilitados a declarar suas necessidades e exigências. Os destinos podem, então, oferecer produtos e serviços adequados de acordo com as necessidades particulares de cada viajante, incentivar a participação, coerente com o modelo social da deficiência.

Se propondo a seguir essas normativas da ABNT e buscando fundamentar a acessibilidade a todos os bens culturais imóveis, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dispõe de algumas normativas junto a Instrução Normativa n. 1, de 25 de novembro de 2003. Essas normativas são ratificadas legalmente no art. 30 do Decreto 5.296/2004 que indica que as “soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com a Instrução Normativa n. 1[...]” do IPHAN. Entre os principais fatores levantados nesta Instrução Normativa, destaca-se junto ao item 1 que:

a) intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.

É importante destacar que “cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão” (Instrução Normativa, 2003, Item 1).

Nesta perspectiva, os museus possuem uma grande representatividade da inclusão social e cultural, pois além de abrigar obras de arte, esculturas, entre outras manifestações culturais, tombadas ou não, possuem a importante função de ser um ambiente onde ocorre a socialização. Neste contexto, Tojal (2007, p. 20) ressalta a importância da inclusão cultural ao afirmar que o conhecimento dos objetos culturais de museus deve contemplar todos os públicos e para isso devem ocorrer adaptações para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, chamada pela autora de “acessibilidade arquitetônica e expográfica”, além da acessibilidade sensorial mediada por um agente facilitador. Após a adaptação deve ser incluído o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), como forma de sinalização da mesma.

4. Análises e Discussões dos Resultados

A análise realizada no Museu Etnográfico se deu por meio de uma visita técnica, cujo intuito era entender como ocorrem as visitas dos turistas e da comunidade local que chegam com o objetivo de conhecer melhor o museu e suas obras. Além disso, buscou-se verificar quais os equipamentos utilizados e os serviços prestados eram adaptados para pessoas com mobilidade reduzida.

Percebe-se que o Museu Casa dos Açores está de acordo com os princípios de um museu etnográfico, como define Rivière (2001), na medida em que os objetos museológicos expostos traduzem os hábitos, costumes e as tradições populares dos primeiros habitantes da cidade de Biguaçu, de origem luso-brasileira.

Em relação à acessibilidade infraestrutural do Museu, notou-se a existência de obstáculos na entrada principal, que inicialmente foi feita com o intuito de barrar a passagem de veículos automotivos, mas que acaba por dificultar o deslocamento autônomo e com segurança dos visitantes do museu, sejam eles com mobilidade reduzida ou deficientes.

A norma da ABNT 9050 (2004, p. 48) salienta que “[...] todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício”. Porém, percebe-se que há paralelepípedos no caminho entre o estacionamento do Museu e o portão principal de entrada, contrariando a referida norma.

A normativa 9050 (2004, p. 52) refere-se ainda que “degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical”, e sugere que “os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas” (2004, p. 54). Entretanto, ao se passar o portão principal, que dá acesso ao interior da infraestrutura edificada, observa-se que na porta principal do Museu, há um grande degrau sem corrimãos, sem qualquer outro tipo de rampa ou elevação que dê acesso adequado ao público com mobilidade reduzida ou com deficiência.

Na área interna do Museu, percebe-se que não há nenhum guia para conduzir a visita por entre os cômodos da antiga casa, que hoje abriga as peças do Museu. A pessoa responsável por recepcionar os visitantes é um funcionário da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), porém, percebe-se que este profissional não possui formação específica para desempenhar tal função, não conhece todas as informações históricas sobre o local, não possui conhecimento de como manter e organizar as obras ali dispostas, além de não possuir conhecimento sobre Libras^{vii}, desta forma, sua comunicação será falha, dificultando o acesso à informação por parte deste público, negando o intuito de acessibilidade.

Considerando que a comunicação museológica também se dá por meio da comunicação não-verbal, ou seja, pela linguagem escrita, percebe-se a existência de *outdoors* (na parte externa ao Museu), de mapas de localização, de textos explicativos sobre as obras em questão e sobre o cenário montado, figura 1. Por meio de tais instrumentos de comunicação é possível obter informações referentes às obras, à representatividade da obra, o local de origem dos objetos expostos, o autor do quadro ou escultura, ao horário de funcionamento do Museu, entre outras informações.

Os painéis de informação sobre as obras do Museu não possuem informações claras e as letras são muito pequenas, dificultando a leitura por pessoas que possuem problemas de visão, como por exemplo, grande parte dos idosos. Porém, observou-se durante a visita técnica que a localização deste equipamento está na posição vertical, em

um totem, a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do chão, condizendo com a norma 9050 da ABNT. Entretanto, a pouca iluminação interna dificulta a visualização dos objetos expostos, bem como do totem informativo, como mostra a figura 2.

Neste caso, pessoas com deficiência, como por exemplo, os cadeirantes, não poderão visualizar as informações ali disponibilizadas, além disso, pessoas com mobilidade reduzida, como por exemplo, pessoas de baixa estatura e anões, também serão prejudicadas. Além disso, em algumas obras não existe nenhum tipo de informação sobre a representação (figura 3), não informa o autor da obra, ano, material, entre outras especificações necessárias. Ao mesmo tempo, outro fato que dificulta o entendimento da exposição é a quantidade de elementos variados dispostos em um mesmo espaço, não havendo harmonia entre ambos, o visitante não percebe haver uma continuidade entre eles, como se pode perceber na figura 3.

Este descompasso entre os elementos expostos, demonstra uma falta de preparo da administração do Museu Etnográfico – Casa dos Açores, pois não consegue ordenar tais objetos a fim de que os visitantes consigam ter uma noção do todo, do tema macro da exposição. Outro fator diagnosticado durante a visita técnica se refere à forma de interpretar as esculturas ali dispostas. Pessoas com deficiência visual só conseguem ter a noção de tais objetos por meio do tato, todavia em muitos museus, como é o caso deste Museu Etnográfico, não se pode tocar em nenhum dos objetos.

A fim de proporcionar acesso à esse público, sugere-se a utilização de maquetes

táteis, com diferentes texturas, que representem o objeto exposto, o cenário ali montado e a infraestrutura interna e externa do museu como um todo. Tais representações espaciais podem servir de incentivo à visita do museu, além de proporcionar a inclusão social por meio do acesso à cultura. Somado a isso, pode-se realizar uma visita guiada com a narração dos espaços percorridos pelo deficiente visual, com a utilização de aromas e músicas que representem o ambiente ali retratado. A utilização de texto em Braille também é uma importante ferramenta para transmitir informações importantes para este público.

Devido ao fato do Museu Etnográfico – Casa dos Açores ter sido construído no início do século XIX e possuir características arquitetônicas daquela época ainda preservadas, a circulação interna e externa (figura 4), em alguns casos, pode ser difícil, pois além de possuir escadas e degraus sem corrimãos para o apoio, há, em alguns ambientes, espaços reduzidos e com paralelepípedos que dificultam a circulação das pessoas, principalmente com cadeira de rodas, por exemplo.

5. Considerações finais

O acesso à cultura e ao lazer é um direito de todos, porém em alguns casos isso não se aplica. A falta de comprometimento e o descaso gerados pela inexistência de adaptações das infraestruturas físicas frente a um público com mobilidade reduzida e com deficiência gera um constrangimento por parte deste público, preferindo muitas vezes não frequentar determinados locais.

Tendo em vista este cenário, estudos como estes se fazem necessários, pois buscam sinalizar quais as deficiências dos serviços prestados para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, a fim de contribuir com o acesso com autonomia e segurança, por parte deste público-alvo, à cultura e ao lazer.

De forma geral, o Museu Etnográfico – Casa dos Açores apresenta carências para bem atender às diversas necessidades das pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência. Sua infraestrutura, os serviços por ele prestados não possuem adequações, conforme a norma da ABNT 9050 e o Decreto 5.296/2004 sugerem. Ainda há muito o que ser feito por parte da Fundação Catarinense de Cultura, atual administradora do Museu Etnográfico – Casa dos Açores, para bem atender esse público-alvo. Na Instrução Normativa n. 1 do IPHAN há uma série de informações importantes a serem consideradas.

A condução da visita por meio de um guia no referido Museu se apresenta de extrema impotência, tanto para o turista quanto para a comunidade local que visita o museu, porém este serviço deve ser realizado por pessoas capacitadas, com formação profissional com conhecimentos técnicos e teóricos sobre o turismo, história, patrimônio, entre outros aspectos.

Cabe ressaltar que a norma 9050 da ABNT dispõe sobre “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, nesse sentido, não apresenta nenhuma diretriz referente exclusivamente a museus, entretanto, faz importante recomendações para a acessibilidade a bens tombados.

Destaca-se ainda que, a perspectiva investigativa sobre o tema e o objeto de

estudo desta pesquisa não se esgotam nesta oportunidade. Entende-se que, ainda existe um vasto campo a ser investigado em futuras pesquisas, sob diferentes aspectos, como por exemplo, a visão que os deficientes e as pessoas com mobilidade reduzida possuem quanto à acessibilidade do espaço físico do Museu Etnográfico – Casa dos Açores.

Faz-se uma ressalva a respeito da conversão da função significativa e comunicativa que, de forma geral, os museus possuem, tendo em vista que além de sua função de preservação da história e da cultura de um povo e de uma época, é importante também para a construção do conhecimento e do pensamento crítico. Para que isso seja alcançado seu acesso deve ser amplamente democrático, sem restrições de qualquer tipo.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004). *NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos*. Rio de Janeiro: ABNT.
- Barretto, A., Filho (2009). *Economia & Turismo*. Santa Maria: Palloti.
- Barretto, M. (2000). *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papyrus. (Coleção Turismo).
- Beni, M. C. (2006). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Biguaçu (Santa Catarina). Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer. *Turismo Histórico-Cultural*. Disponível em: <www.bigua.sc.gov.br/turismo/turismo-historico-cultural>.
- Buhalis, D. & Michopoulou, E. (2011). *Information-enabled tourism destination marketing: addressing the accessibility market*. *Current Issues in Tourism*, 14(2), 145-168.
- Brasil. (2012). Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. *Relatório do 3º Fórum Nacional de Cidades Históricas e Turísticas*. Brasília, DF.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004 (2004). Publicado no D.O.U, nº 232, sexta-feira. Brasília 2004. Recuperado em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/ D5296.htm
- Farias, V. F. (2000). *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Ed. do autor.
- Fundação Catarinense de Cultura. Recuperado <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/>.
- Gomes, D. M. C. (2005). *Turismo e museus: um potencial a explorar*. In: Funari, P. P., & Pinsky, J. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto. (Coleção Turismo Contexto).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Recuperado em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracter

- isticas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recuperado em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003*. Recuperado em <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalleConteudo.do?id=12250&sigla=Legislacao&retorno=detalheLegislacao>
- Leal, E. J. M. (2011). *Produção acadêmico-científica: a pesquisa e o ensaio*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. Recuperado em <http://univali.br/biblioteca>
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Museu Etnográfico – Casa dos Açores (Biguaçu, SC). Disponível em: <http://www.casadosacores.sc.gov.br/>.
- Pereiro, X. & Vilar, M. (2008). Ethnographic museums and essentialist representations of Galician identity. *International Journal Of Iberian Studies*, 21(2), 87-108. doi:10.1386/ijis.21.2.87_1
- Richards, G. (2010). Tourism development trajectories - from culture to creativity? *Tourism & Management Studies* (6), 9-15. *Hospitality & Tourism Complete*, EBSCOhost.
- Rivière, G. (2001). Role of museums of art and of human and social sciences. *Museum International*, 53(4), 33-42.
- Rodrigues, M. (2005). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: Funari, P. P.; Pinsky, J. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto. (Coleção Turismo Contexto).
- Smith, M. & Puczko, L. (2012). Budapest: from socialist heritage to cultural capital? *Current Issues in Tourism*, 15(1-2, January-March), 107-119.
- Spolon, A. P. G. (2007). Hospitalidade, arquitetura e a estética contemporânea dos espaços urbanos. *Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 4., São Paulo. Anais. São Paulo: UAM, 1-15.
- Tojal, A. P. F. (2007). *Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus*. 2007. 322 f. Tese de doutoramento em Ciência da Informação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tresserras, J. J. & Matamala, J. C. (2005). *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 54 (julio), 73-83.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.



Figura 1. Outdoor (área externa do museu) e exemplo de texto com informações de objetos museológicos do Museu Etnográfico – Casa dos Açores. Fonte: arquivo pessoal dos autores, agosto de 2012.

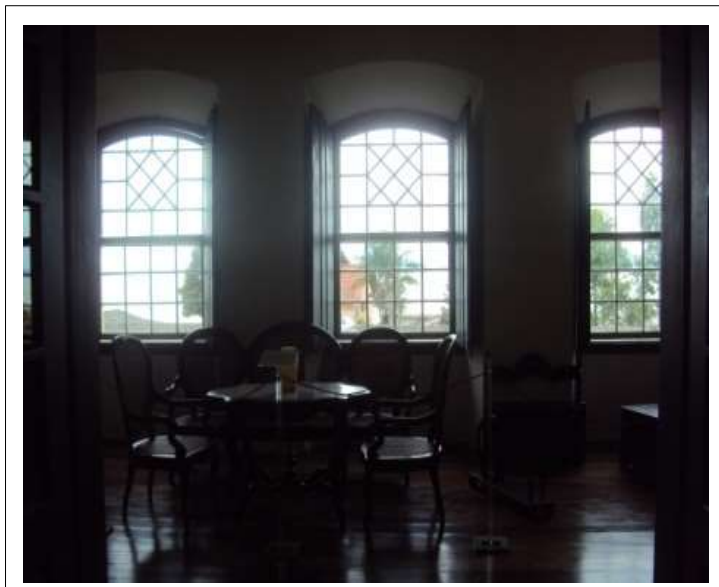


Figura 2. Vista interna da disposição dos objetos do Museu Etnográfico – Casa dos Açores.
Fonte: arquivo pessoal dos autores, agosto 2012.



Figura 3. Disposição dos objetos no Museu Etnográfico – Casa dos Açores. Fonte: arquivo pessoal dos autores, agosto de 2012.



Figura 4. Circulação interna e externa do Museu Etnográfico – Casa dos Açores. Fonte: arquivo pessoal dos autores, agosto de 2012.

ⁱ Segundo informações disponíveis em: <<http://www.bigua.sc.gov.br/turismo/turismo-historico-cultural/>>. Acessado em: 31 ago. 2013.

ⁱⁱ Segundo informações disponíveis em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/>>. Acessado em: 09 out. 2012.

ⁱⁱⁱ Traduzido pelos autores.

^{iv} Traduzido pelos autores.

^v Informações disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12693&sigla=PerguntasFrequentes&retorno=detalhePerguntasFrequentes>>. Acessado em: 06 nov. 2012.

^{vi} Traduzido pelos autores.

^{vii} Língua Brasileira de Sinais.